



Março de 2011

AUTORA: CRISTINA BRUNO BARROS

Conteúdo

▪ Página 1

A Política Externa Brasileira na Era Lula

▪ Página 2

Atores internacionais

▪ Página 3

As empresas e a projeção brasileira

▪ Página 4

- Transição e panorama em 2011

- Multilateralismo brasileiro e parcerias estratégicas

▪ Página 6

Cenário atual e balanço comercial

▪ Página 7

Agenda brasileira

As Relações Comerciais Brasileiras como uma Estratégia Internacional e de Desenvolvimento

A Política Externa Brasileira na Era Lula

Desde a virada do milênio e, mais especificamente, após a posse do então presidente Lula, em 2003, a política externa brasileira tem passado por grandes transformações na busca de uma liderança regional e de projeção global, promovendo uma maior aproximação em relação aos países desenvolvidos. Não se pode negar que o Brasil tem feito avanços importantes e, com isso, tem conquistado um espaço cada vez maior no cenário internacional, desempenhando um papel relevante em temas globais como mudança climática, democracia, direitos humanos e comércio exterior.

As prioridades do governo Lula foram claramente delimitadas: a busca pela conquista de um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, a formulação de um acordo comercial na Rodada Doha e o aprofundamento da integração regional, permitindo o exercício da liderança na América do sul e no MERCOSUL, além de retomar o multilateralismo por meio de parcerias estratégicas. Nesse contexto, a política externa tem exercido grande influência na escolha dos nossos parceiros, em que algumas relações recebem, ou deveriam

receber, atenção especial. As relações com países desenvolvidos deveriam tomar as devidas proporções, semelhantes às atribuídas à relação sul-sul, assim como as relações econômicas, comerciais e políticas com China e EUA deveriam ser repensadas.

É notório que as relações comerciais estão interligadas com outros assuntos de ordem interna e externa, seja direta ou indiretamente, pois estas são estratégicas não só para a projeção internacional do Brasil, mas também para a promoção do desenvolvimento do país. Segundo o ex-presidente, alguns dos principais fatores para o desenvolvimento nacional seriam a promoção do comércio exterior, a integração regional e as negociações comerciais com outros blocos e países.

Durante o governo Lula, a institucionalização de blocos e grupos de coalizão com países em desenvolvimento na busca pela diversificação de parcerias foi um marco na política externa. Já em 2003, o Brasil se tornou membro do IBAS (Brasil, Índia e África do Sul) e do G-20 e em 2009, foi a vez dos BRIC (Brasil, Rússia, Índia e China), potencializando as relações bilaterais com países estratégicos e, conseqüentemente,



PUBLICAÇÃO-ONLINE

MARÇO DE 2011

www.kas.de/brasil

gerando uma maior autonomia em relação às grandes potências, além de uma maior visibilidade na esfera internacional e maior poder de barganha em foros multilaterais, como OMC, FMI e ONU. No G-20, por exemplo, o Brasil tem atuado de maneira ativa defendendo a reforma do FMI. Blocos como o G-20 são fundamentais para promover a cooperação entre os mais diversos países, com níveis de desenvolvimento distintos, estimulando uma economia global mais equilibrada e mais propícia ao crescimento e desenvolvimento.

Atores internacionais

As transformações das realidades econômica, social e política do Brasil também foram fatores preponderantes para alçar o país nos principais debates da agenda internacional. No que tange ao MERCOSUL e a integração regional, o Brasil tem procurado integrar o continente sul-americano por meio do comércio, infraestrutura e do diálogo político. A reconstrução do bloco não só gerou um espaço para a liderança brasileira e para a retomada do crescimento da economia dos países vizinhos como abriu as portas para a cooperação com países de outras regiões. Entretanto, as prioridades estabelecidas pelo Brasil tem tido um custo mais alto do que de fato resultados concretos e quando o assunto é o processo de integração regional – em especial o MERCOSUL – e as relações bilaterais com países sul-americanos, isso fica ainda mais evidente. Para o Embaixador Rubens Barbosa, o MERCOSUL deveria ser flexibilizado para facilitar as negociações comerciais e, do ponto de vista interno, o comando efetivo da política de comércio exterior e das negociações externas, deveria passar a ser exercido pela Camex (Câmara de Comércio Exterior).

Contudo, o Brasil vai muito além, desenvolveu uma política externa abrangente e pró-ativa, segundo Amorim, buscando uma ampla agenda multilateral, na qual os EUA são parceiros fundamentais e estratégicos, apesar de não serem os únicos. Ele defende que o acordo de comércio e investimentos entre Brasil e EUA também deva ser prioridade na agenda do país. Este acordo facilitaria a discussão acerca da redução de barreiras não tarifárias no comércio bilateral e projetos de investimentos.

A diplomacia brasileira também estreitou os laços com o Oriente Médio, países árabes e África, buscando incrementar parcerias estratégicas comerciais e políticas. Entre o Brasil e os países árabes, o comércio quadruplicou em sete anos. Com a África foi cinco vezes maior, ultrapassando até mesmo parceiros tradicionais como Alemanha e Japão.

A União Europeia (UE) permanece como parceiro fundamental do Brasil nos campos político e econômico, mas no campo comercial, as questões relativas à liberalização comercial ainda não tem demonstrado movimentos relevantes. Entretanto, a União Europeia estuda eliminar a tarifa de importação para o etanol brasileiro, por exemplo. Segundo entrevista do embaixador João Pacheco, a UE terá que comprar o etanol brasileiro, pois os europeus não conseguem competir com o mesmo. A relação bilateral Brasil-UE está refletida na Parceria Estratégica, que engloba temas variados e vai desde a cooperação em política e em foros econômicos mundiais até mudança climática e desenvolvimento sustentável, passando pelas relações comerciais e de investimentos. Segundo dados divulgados pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), o comércio bilateral entre Brasil e UE decaiu em 24%, assim como os investimentos europeus no Brasil, que sofreram uma queda de

PUBLICAÇÃO-ONLINE

MARÇO DE 2011

www.kas.de/brasil

90% em 2009, em relação a 2008, - parte por causa da entrada de novos atores na agenda brasileira, parte por causa da crise econômica -, mas a UE continua sendo um grande parceiro estratégico e uma das principais fontes de investimento direto no Brasil. E mais, cinco dos dez principais destinos de investimentos brasileiros são europeus: França, Holanda, Portugal, Dinamarca e Espanha. Vale ressaltar também que a retomada das negociações comerciais entre MERCOSUL e União Europeia - como blocos - também tem tido destaque, apesar da cautela brasileira e da dificuldade em concluir um acordo comercial.

Segundo Celso Amorim, o Brasil tem adotado posições coerentes em todas as áreas, seja de segurança, mudança climática ou comércio, o que o tornou um país forte nas grandes discussões mundiais. O protecionismo comercial realmente aumentou desde 2008, por causa da crise econômica mundial, mas segundo Amorim, é por não temer ações ousadas que o Brasil está colhendo inúmeros resultados como a integração sul-americana e a consolidação do MERCOSUL. O Brasil tem se mostrado equilibrado e continua crescendo e atraindo investimentos mesmo em meio à crise, mas há controvérsias se de fato houve resultados concretos relevantes.

Para Robson Braga de Andrade, novo presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Brasil está engessado dentro do MERCOSUL, sem conseguir progredir nos acordos comerciais, uma vez que as questões políticas tem dificultado as ações empresariais. Além disso, por causa da crise cambial, o país vem perdendo competitividade. Os superávits comerciais no Brasil em 2010 sofreram grande redução por causa do crescimento das importações e da desaceleração das exportações. Entretanto, as exportações brasileiras para a Argentina apre-

sentaram um aumento no primeiro semestre de 2010, estimulando uma recuperação do MERCOSUL na pauta brasileira. As exportações para Europa Oriental e América Latina também aumentaram, em contrapartida com a desaceleração de vendas para a China, apesar de manter o superávit bilateral.

As empresas e a projeção brasileira

Um fato bastante relevante para o comércio brasileiro e que tem ganhado destaque em 2010 é o processo de internacionalização de empresas, que geraram investimentos de quase US\$ 12 bilhões - segundo dados do Boletim da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica (SOBEET) - apesar de a taxa de investimento brasileiro no exterior ainda ser pequena, em relação ao PIB. Se, por um lado, a valorização do Real tem feito o país perder competitividade, se pensarmos nas exportações, por outro lado, esta valorização ajudou na recuperação dos investimentos brasileiros, que haviam sido prejudicados pela crise financeira internacional de 2008. Isso tem favorecido a internacionalização das empresas brasileiras, que tem investido em obras de infraestrutura, bens de consumo e serviços, tendo um olhar privilegiado para a América do Sul. Para o empresariado brasileiro, o MERCOSUL é um problema a ser enfrentado, o bloco precisa deixar de ser somente político para se tornar econômico. Há um considerável hiato entre os interesses das empresas brasileiras e os interesses ditos do país.

No entanto, é inegável que se abriu um novo cenário para o desenvolvimento multipolar e, ao fortalecer o setor produtivo, sem desconsiderar a sustentabilidade ambiental e social, o Brasil passou a assumir uma posição estratégica ainda maior neste cenário, além de promover um maior desenvolvi-

PUBLICAÇÃO-ONLINE

MARÇO DE 2011

www.kas.de/brasil

mento para o próprio país. E tudo indica que continuará assim. As prioridades serão mantidas no novo governo, pelo menos segundo declarações da presidente Dilma Rousseff, que diz pretender continuar com os esforços de integração da América do Sul, fortalecimento do MERCOSUL e liderança do Brasil no bloco, além de manter o diálogo estratégico com países da União Europeia e com outras potências emergentes como Índia, África do Sul, Rússia e China. O comércio exterior será prioridade de Dilma.

Transição e panorama em 2011

Em seu discurso de posse, Dilma falou de ampliar a força exportadora e da importância de continuar fortalecendo as reservas para manter o equilíbrio das contas externas. Ela também defendeu a atuação do Brasil em fóruns multilaterais visando uma política econômica equilibrada e a não concessão ao protecionismo de países ricos. De acordo com Luciano Coutinho, presidente do BNDES em entrevista para o Jornal Estado de São Paulo, Dilma assumiu o compromisso de elevar os investimentos nas exportações. Segundo previsões do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), a meta para as exportações em 2011 é de mais de US\$ 200 bi. As exportações de produtos básicos foram as que mais cresceram, sendo os principais destinos de mercadorias brasileiras a China, EUA, Argentina, Holanda e Alemanha.

Seguindo a visão de Dilma, o novo ministro das Relações Exteriores Antônio Patriota, declarou que não mudará a linha da era Lula. Segundo ele, a diplomacia do Itamaraty está apoiada em três eixos: o reforço das relações tradicionais com os vizinhos sul-americanos, EUA, Europa e Japão; a diversificação de parcerias e o aperfeiçoamento do multilateralismo. Ademais, ele ressaltou em seu discurso uma agenda ativa com os par-

ceiros africanos em paralelo com a prioridade regional, sem perder o foco no MERCOSUL. Patriota também disse que irá “trabalhar por resultados ambiciosos e equilibrados nas negociações da Rodada Doha”. A intenção brasileira é fechar o pacote de liberalização agrícola, industrial e de serviços e assinar o acordo ainda este ano. Até o momento, o que já está negociado irá abrir mais o mercado brasileiro, inclusive para a China. Mas alguns impasses ainda permanecem, os EUA exigem um maior acesso dos seus produtos industrializados ao mercado brasileiro, mas tantos os americanos quanto outros países desenvolvidos se recusam a permitir um maior acesso de produtos agrícolas brasileiros em seus países, incluindo a UE.

Multilateralismo brasileiro e parcerias estratégicas

O Brasil enfrenta na OMC os EUA e suas barreiras ao etanol, a UE em função da carne e a China por medidas compensatórias aos danos causados pelos seus importados. O Brasil tenta negociar acordos, mas está cada vez mais difícil. Entretanto, a alta dos preços dos produtos agrícolas fez o Brasil virar o jogo na Rodada Doha, propondo um acordo setorial na agricultura para compensar a abertura que deverá fazer nas áreas industrial e de serviços, o que acabou pegando os países desenvolvidos de surpresa. Pelos acordos setoriais, os países interessados eliminam ou reduzem significativamente as alíquotas de importação de um segmento específico. O setor de carnes, por exemplo, é um dos que poderiam receber cortes tarifários maiores e em ritmo mais acelerado. Mas é verdade que, devido à situação em que o país se encontra, o governo de Dilma tem pouca capacidade para se comprometer com liberalização adicional e, portanto, parece bem menos flexível em termos de abertura do mercado brasileiro

PUBLICAÇÃO-ONLINE

MARÇO DE 2011

www.kas.de/brasil

Segundo Patriota, o Brasil também está empenhado no acordo de livre comércio MERCOSUL-UE, mas a valorização do real tem dificultado as concessões na área industrial. O câmbio mudou a posição do país. A UE é o maior parceiro comercial brasileiro, superando os US\$ 74 bilhões de trocas comerciais em 2010. Outro dado importante é que quase metade do estoque de investimento externo direto no Brasil é proveniente de países membros da UE, fortalecendo ainda mais esta parceria. Mas para que haja um acordo birregional concessões deverão ser feitas: o MERCOSUL nas áreas industrial e de serviços, e a UE, na agricultura. Entretanto, Patriota admite que a situação é mais difícil na Rodada Doha, na qual os EUA exigem abertura adicional profunda por parte do Brasil, China e Índia.

Os EUA perderam espaço no comércio brasileiro. Apesar de um aumento de 24% nas exportações brasileiras para o mercado americano, as importações aumentaram em mais de um terço e, assim, o déficit no comércio com os EUA subiu 75% no ano passado - de aproximadamente US\$ 4,5 bilhões para quase US\$ 8 bilhões. Brasil e EUA estão empenhados na negociação do acordo de troca de informações em matéria tributária, mas não há perspectiva de terminar tão cedo uma das negociações de maior interesse para o setor privado - contra a tributação das empresas que atuam nos dois países.

Em relação à China, de acordo com a Sondagem Especial divulgada pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), 52% das indústrias exportadoras brasileiras concorrem com fábricas chinesas em outros mercados. De acordo com os dados publicados, a competição é mais intensa em seis setores industriais: de material eletrônico de comunicação, têxteis, equipamentos hospitalares e de precisão, calçados, máquinas e

equipamentos, além do setor que a CNI classifica como "indústrias diversas". Esse fenômeno é devido ao baixo custo de produção na China e a valorização do real.

Mas ao contrário dos EUA, a insatisfação do Brasil, na verdade, está voltada para "a composição da pauta comercial sino-brasileira e não apenas nos números", de acordo com Rodrigo Maciel ex-economista-chefe do Conselho Empresarial Brasil-China e, atualmente, sócio da Strategus Consultoria. Ainda segundo ele, nos últimos cinco anos, de tudo o que o Brasil importa da China, 70% é pela indústria, mas dentro destas importações incluem maquinário para renovação e expansão do parque industrial e insumos mais baratos que garantem a maior competitividade brasileira nos mercados doméstico e internacional.

Em contrapartida, as exportações do Brasil ao mundo árabe bateram recorde em 2010. Os embarques renderam US\$ 12,57 bilhões, um aumento de 34% em comparação com 2009, enquanto as importações de produtos árabes totalizaram US\$ 6,96 bilhões, avançando 33%. O resultado foi um superávit comercial de US\$ 5,61 bilhões, valor também recorde. Segundo dados divulgados pela Câmara de Comércio Árabe Brasileira, os principais destinos das mercadorias brasileiras no mundo árabe foram a Arábia Saudita, que importou o equivalente a US\$ 3,09 bilhões, aumento de 59% em relação a 2009; Egito, com importações de US\$ 1,97 bilhão, 36% a mais; Emirados Árabes Unidos, com US\$ 1,85 bilhão, um crescimento de 4,7%; e Argélia, com US\$ 838,75 milhões, um aumento de 17%. Os produtos brasileiros que mais foram exportados em 2010 foram açúcar, carne de boi e de frango e minério de ferro. E ainda há espaço para ampliar as vendas de alimentos em geral e de outros itens, como artigos de moda e bens de capital.

PUBLICAÇÃO-ONLINE

MARÇO DE 2011

www.kas.de/brasil

O comércio entre o Brasil e a Alemanha em 2010 também bateu recorde. Com a crise financeira global, as relações comerciais entre os dois países sofreram uma retração em 2009, mas no ano seguinte apresentou uma rápida recuperação e alcançou um crescimento de 29%, com um saldo de US\$ 20,7 bilhões contra US\$ 16,0 bilhões em 2009. O fator que mais contribuiu para o avanço das exportações brasileiras foi a expansão nas saídas de minério de ferro, café, automóveis, soja, minério de cobre e aviões. Do lado dos europeus, destaque para medicamentos humanos e veterinários, automóveis, tratores e compostos químicos. Segundo dados da Secretaria de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, as exportações brasileiras para a Alemanha chegaram a US\$ 8,1 bilhões em 2010, um avanço de 31,8% se comparado com 2009. As importações brasileiras aumentaram 27,2% totalizando US\$ 12,6 bilhões. A Alemanha ocupa a quinta posição entre os principais mercados de destino de produtos brasileiros, atrás apenas da China, Estados Unidos, Argentina e Países Baixos. Entre os países exportadores de produtos ao Brasil, a Alemanha ocupa a quarta posição, ficando atrás apenas de Estados Unidos, China e Argentina. É o primeiro país da Europa nas relações comerciais com o Brasil.

A crise política no Egito também roubou a cena no cenário comercial. Havia entre os empresários brasileiros a preocupação de interrupção no fluxo comercial entre os dois países. Dentre os principais produtos que o Egito compra do Brasil estão o minério, açúcar e carnes, sendo que só o mercado egípcio consome cerca de 4% das exportações de carnes brasileiras - cerca de US\$300 milhões por ano em vendas, segundo reportagem do Jornal O Globo. Mas para o vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), a renúncia

de Mubarak lança expectativas positivas para o comércio exterior brasileiro.

Cenário atual e balança comercial

Segundo Aldo Fornazier, diretor acadêmico da Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, o que ocorre no Brasil é a ausência de uma estratégia de expansão comercial no país que pode ser percebida diante da precária infraestrutura e os custos portuários e de logística. Para ele, "...não existem no país plataformas logísticas modernas de exportação. A própria legislação é, em vários casos, um entrave às exportações. E apesar de o Brasil ter sido um dos mais ativos demandantes de investigações na OMC, é possível dizer que não existe uma sólida política de defesa comercial".

As exportações brasileiras tem dependido fortemente de um número reduzido de *commodities* - com destaque para o minério de ferro, petróleo bruto, complexo soja, complexo carne e açúcar - e bastante do mercado chinês, que comprou 43,3% do total exportado destes produtos, de acordo com dados fornecidos pelo Jornal Valor Econômico. Ainda assim, o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior informou que a balança comercial brasileira registrou superávit de 424 milhões de dólares em janeiro contra um déficit de 179 milhões dólares no mesmo período em 2010. Em dezembro de 2010, o superávit foi de 5,367 bilhões dólares. Analistas consultados pela Agência Reuters previam para janeiro um superávit de 1 bilhão de dólares. O saldo de janeiro foi resultado de exportações de 15,215 bilhões de dólares e importações de 14,791 bilhões de dólares. Já o saldo comercial de fevereiro apresentou superávit de US\$ 1,199 bilhão, valor superior ao registrado em fevereiro de 2010 (US\$ 389 milhões). E na avaliação do diretor da RC Consultores, Fabio Silveira, "a vulnerabi-

PUBLICAÇÃO-ONLINE

MARÇO DE 2011

www.kas.de/brasil

lidade estrutural de uma balança que tem se pautado pelas exportações de produtos básicos deve continuar a dar o tom em 2011”.

Agenda brasileira

Alguns fatos importantes tomaram conta da agenda brasileira e terão grande influência sobre o comércio exterior brasileiro em 2011. O primeiro episódio é a visita que a presidente Dilma fará à China em abril e sua participação na III Cúpula dos BRIC neste mesmo país, onde se encontrará com líderes da China, Índia, Rússia e ainda África do Sul. Nesta visita, é esperada a negociação de uma parceria para ampliar as exportações de minério de ferro e aço do Brasil para a China, além de atender a apelos do empresariado brasileiro para evitar a entrada em massa de produtos chineses no país. Por ocasião dos preparativos, nos dias 03 e 04 deste mês de março, o Ministro Antônio Patriota esteve na China. Durante a sua visita, o ministro discutiu sobre os principais temas da agenda bilateral, dentre eles comércio, investimentos e a cooperação em ciência e tecnologia. Em entrevista, Patriota afirmou que os dois países “têm uma verdadeira parceria estratégica”. A China é o maior parceiro comercial do Brasil, com um intercâmbio de US\$ 56 bilhões no ano passado, além de ter sido o maior investidor estrangeiro no Brasil em 2010.

Patriota também esteve em Nova Delhi, na Índia, onde se encontrou com os ministros de Relações Exteriores da Índia, S.M. Krishna e da África do Sul, Embaixador Maite Nkoana-Mashabane. De acordo com o Comunicado Ministerial da Sétima Reunião da Comissão Mista Trilateral do Fórum IBAS, eles reafirmaram o compromisso com a liberalização do comércio, fazendo menção a Rodada Doha, e uma cooperação sul-sul reforçada. Brasil e Índia assinaram um acordo

bilateral de serviços aéreos e também discutiram sobre o comércio bilateral, investimentos e impasses na OMC. Os ministros dos dois países não só debateram aspectos das relações bilaterais, mas também sobre assuntos multilaterais como a agenda do Conselho de Segurança da ONU, IBAS, BRIC, o G-20 e a Rodada Doha, mostrando convergência de posições. Em Declaração Conjunta, eles expressaram satisfação com o significativo aumento do comércio – aumento de 25% em relação ao ano passado – e investimento bilateral. Fernando Pimentel, ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior também esteve na China.

Acontece ainda no mês de março o XX Comitê de Negociações Birregionais MERCOSUL-UE, em Bruxelas, e a esperada visita do presidente dos EUA, Barack Obama, ao Brasil. A visita de Obama está programada para os dias 19 e 20 de março. Apesar de alguns rumores de que este encontro teria que ser adiado devido a compromissos presidenciais em seu país, a visita já foi confirmada. Em entrevista ao Jornal Estado de São Paulo, o embaixador dos EUA no Brasil Thomas Shannon disse que esta visita significa o grande interesse dos EUA no Brasil e o reconhecimento deste como uma potência emergente e que demonstrou que democracia e economia de mercado podem promover a justiça social. Dentre questões de direitos humanos e as divergências entre os dois países quanto a Irã e Honduras, por exemplo, Shannon destacou a venda de caças à Força Aérea Brasileira e disse estar muito confiante numa parceria com o Brasil. E quando perguntado sobre o etanol, ele disse que esse ainda é um assunto que está tramitando no Congresso, mas que os EUA pretendem melhorar as relações comerciais entre os dois países e aperfeiçoar as oportunidades de investimento. Obama terá uma agenda oficial em Brasília no dia 19 onde se encontrará com a presidente Dilma

PUBLICAÇÃO-ONLINE

MARÇO DE 2011

www.kas.de/brasil

e assinará alguns acordos bilaterais – como é esperado – e também participará da Cúpula de Negócios com empresários brasileiros. Já no dia 20, com uma agenda mais popular, ele passará pelo Rio de Janeiro e fará um discurso ao povo brasileiro. Possíveis acordos relacionados à previdência, satélite, microcrédito, patentes, ajuda aos países pobres, etanol e vistos são esperados. Mas alguns outros temas também estarão em debate: a questão do Irã e de Honduras, a crise no mundo árabe, a candidatura do Brasil a uma vaga permanente no Conselho de Segurança, as negociações e impasses da Rodada Doha, China, investimentos, pirataria, imigrantes e meio ambiente.

O que esperar para 2011? A agenda multilateral brasileira está bastante intensa, o que reforça as parcerias estratégicas e impulsiona o aumento do comércio exterior entre os mais diversos países com os quais o Brasil mantém laços diplomáticos, políticos e comerciais. As expectativas para 2011 são bem positivas e até o momento os resultados tem se mostrado satisfatórios.